

**ATA DA DUCENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA CÂMARA DE
COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE
CNPJ/MF nº 03.034.433/0001-56**

REUNIÃO 010-2023

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de agosto de 2023, às 10h (dez horas), reuniram-se na forma híbrida, os Conselheiros Fiscais, Mariane Lohn, Leonardo Faria Landim, Olival Fernando Lima Schultz, Talisa Rezzieri, ausentes, justificadamente, os conselheiros Bruno Bastos Resende e Kleberson Luiz da Silva, para realização da 273ª Reunião do Conselho Fiscal. Cumpridas as formalidades legais, com posterior assinatura da lista de presença, os Conselheiros Fiscais convidaram a mim, Kamila Almeida, para secretariar a presente Reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- Item 1. Eleição do novo presidente do Conselho Fiscal da CCEE;
- Item 2. Apresentação do Painel Orçamentário, com dados de Julho de 2023;
- Item 3. Aprovação do Relatório Econômico-Financeiro – REF do mês de Junho de 2023;
- Item 4. Apresentação da Atualização Matriz de Risco; e
- Item 5. Assuntos Gerais.

Ato contínuo, os Conselheiros passaram à discussão dos assuntos da Ordem do Dia:

Item 1. Eleição do novo presidente do Conselho Fiscal da CCEE - Conforme art. 3º do Regimento Interno do Conselho Fiscal da CCEE, os conselheiros fiscais decidiram realizar a eleição do novo presidente do Conselho Fiscal nesta oportunidade. Ato contínuo, **por unanimidade**, elegeram o conselheiro Leonardo Faria Landim para presidente do Conselho Fiscal da CCEE, que exercerá o mandato por 8 meses, a partir desta data.

Item 2. Apresentação do Painel Orçamentário, com dados de Julho de 2023 - Participaram da reunião a Sra. Priscila Horie, Gerente Executiva de Finanças, Administrativo & Contas Setoriais, o Sr. Adilson Lodovichi, Gerente da área de Contabilidade, Custos & Controladoria, e o Sr. Marcos Luna, contador, para efetuar a apresentação do item. O Sr. Adilson Lodovichi, realizou a apresentação informando que para a primeira revisão orçamentária, realizada em maio, foi observada uma variação positiva de 0,2%, equivalente a R\$ 474 mil reais de economia prevista para o final do exercício. Entretanto, a variação até o mês de julho/23 apresenta uma economia sazonal de R\$ 1.625, equivalente a 1,4%, advindas, principalmente, das contas orçamentárias: (i) Pessoal, sendo principalmente as verbas de indenizações; (ii) Custas e Despesas Judiciais; (iii) Licenças de software (JiraCloud e Portal SGC); e (iv) Projeto Liquidação.

Item 3. Aprovação do Relatório Econômico-Financeiro – REF do mês de Junho de 2023 – Compareceram à reunião Sra. Priscila Horie, Gerente Executiva de Finanças, Administrativo & Contas Setoriais, o Sr. Adilson Lodovichi, Gerente de Contabilidade, Custos e Controladoria e o Sr. Marcos Luna, contador, para efetuar a apresentação do item. Marcos Luna realizou a apresentação das principais variações tributárias que ocorreram no mês de junho de 2023 e, sendo assim, prosseguiu abordando os seguintes temas (i) Análise Geral das Contas – Ativo: circulante e não circulante, Passivo: circulante e não circulante; caixas e bancos – Aplicações Financeiras – CCEE e CAFT, Contas a Receber, Despesas Antecipadas, Ativo Fiscal Corrente e Créditos Diversos; (ii) Evolução DRE; (iii) Abertura por Mercado; e (iv) Fatos relevantes ocorridos no mês. Na sequência, os seguintes pontos foram abordados, considerando a análise prévia do Relatório Econômico Financeiro – REF, referente ao mês de junho de 2023:

Consultoria Administrativa – “aba contas de resultado”

O Conselho Fiscal questionou a que se refere o contrato com o fornecedor “Mais diversidade” que consta na aba “Contas de Resultado”. Em resposta, a CCEE informou que o contrato refere-se à consultoria que auxilia na implantação do comitê de diversidade e grupos de afinidade na CCEE.

Motivação das contas despesas antecipadas – “aba despesas antecipadas”

O Conselho Fiscal questionou a motivação dos softwares estarem como despesa antecipada e não intangível, considerando a contratação inferior a 12 meses. Em resposta, a CCEE informou que devido ao aumento do movimento nesta conta foi realizada uma análise nas entradas das notas e identificamos que além das NF's de suporte e manutenção de hardware e software, também tínhamos renovação de concessão de uso com diversos períodos de amortização. A tratativa adotada foi que a partir desta análise as NF's de aquisição ou renovação devem ser classificadas como Concessão de Uso no Intangível.

Contratação – “aba fornecedores”

O Conselho Fiscal questionou sobre a necessidade de contratação dos fornecedores indicados. Adicionalmente, informaram que para melhor compreensão as análises de contas patrimoniais fiquem melhores representadas quando comparadas com dez/22 para estarmos alinhados com o BP, não tendo prejuízo de também apresentar o comparativo do mês anterior. Em resposta, a CCEE informou que a NF da Novared (Tenable) software de segurança de LGPD e cibernética e a NF da E Core (Jira) é utilizado para construção do site e portais, manutenção do site da CCEE e manutenção do app de chamados e intranet. A Novared substituiu fornecedor anterior porque existe uma melhor tecnologia de segurança, cobrindo as exigências do LGPD e o E Core novo fornecedor para construção.

Provisões

Ademais, questionaram as provisões cíveis, trabalhistas, tributário e solicitaram detalhamento com o rol de processos/ações judiciais envolvendo a CCEE, contraparte envolvida, o status de cada um e o prognóstico. Em resposta, a CCEE informou que após estudo realizado em conjunto entre as gerências de controladoria e jurídica com a participação da nossa auditoria externa, alinhamos que todos os processos com probabilidade de perda e saída financeira da associação independente se polo ativo ou passivo seria registrado a contingência judicial devido ao provável desembolso financeiro. Além disso, a área jurídica informou que a estimativa de desembolso se aplica apenas aos processos classificados com risco "PROVÁVEL" ou "POSSÍVEL" com nota explicativa, indicada no respectivo campo/coluna. No que se refere ao processo nº 0029183-21.2009.4.01.3400, objeto da indagação, o prognóstico é "POSSÍVEL" com nota explicativa, uma vez que ainda não há decisão de 1º grau no feito (a extinção do cumprimento de sentença foi posteriormente anulada pelo próprio Juízo de 1º grau), mas, por outro lado, já há decisão administrativa da ANEEL reconhecendo parte do valor da Conta Consumo Combustível - CCC como devido, tanto que desembolsos já vêm sendo feitos, o que justifica a indicação do "curto prazo". Em resumo, a ANEEL concluiu, por meio do Processo Administrativo nº. 48500.005528/2016-36, que trata da fiscalização do desembolso da CCC sob a gestão da ELETROBRAS, que é devido à RAESA o montante de R\$89.965.975,05 (valor atualizado até março/2022). O desembolso deverá ser realizado no âmbito da execução orçamentária de 2022 e 2023 (Despacho ANEEL nº. 2.204/2022). Até o momento, já foi repassado à RAESA o montante de R\$ 70.200.094,24, referente aos meses de jan/2022 a junho/2023, o qual está sendo refletido no cálculo do risco do processo.

Item 4. Apresentação da Atualização Matriz de Risco - Compareceram à reunião Sra. Katia Franco, Gerente Executiva de Governança Institucional, a Sra. Cintia Bonani Oliveira e a Sra. Raquel Araujo Souza, colaboradoras

da referida área para efetuar a apresentação do item. Cintia Bonani realizou a apresentação do item, destacando a agenda do dia com as tratativas dos Resultados das avaliações realizadas em 2022 mediante aplicação da metodologia de autoavaliação de riscos e controles internos executada pelos *risks owners* e as próximas entregas da área. Dito isso, foram destacados os resultados das avaliações e controles internos considerando os riscos inerentes e riscos residuais, considerando a probabilidade de risco muito alto, alto, médio e baixo e o seu impacto. Para melhor compreensão dos temas, Cintia expôs a classificação dos riscos dentro da organização e o seu tipo, bem como a quantidade levantada e os fatores divididos por área, sendo que o ambiente de controles de precaução: 74% de efetividade, 26% de inefetividade e a Autoavaliação de Riscos e Controles Internos 2022. Para os planos de tratamento informou a quantidade de riscos residuais altos e muito altos. Como próximos passos, informou que vão realizar um estudo de criticidade das áreas e priorização dos trabalhos (Risk Map), programada para setembro/2023; Planejamento para avaliação in-loco com base na criticidade das áreas, para Outubro/2023; Avaliação por entrevista de riscos e implementação de controles internos (whalkthroug e testes) in-loco (conforme planejado); Treinamento para risks owners (conforme planejado); Definição de Indicadores Chave de Riscos (KRI-Key Risk Indicator) para áreas (conforme planejado); e Reporte periódico alta administração sobre o andamento dos trabalhos e resultados. Para dar mais robustez no conteúdo apresentado, Katia Franco fez uma breve contextualização dos conceitos de risco de compliance e seus fatores e os métodos utilizados para a classificação do risco.

Item 4. Assuntos Gerais – Os conselheiros fiscais registraram o entendimento de assuntos a serem pautados na próxima reunião do Conselho Fiscal, a ser realizada em 20.09.2023.

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados.

São Paulo, 23 de agosto de 2023.

Leonardo Faria Landim
Presidente do Conselho Fiscal

Mariane Lohn
Conselheira Fiscal

Olival Fernando Lima Schultz
Conselheiro Fiscal

Talisa Rezzieri
Conselheira Fiscal Suplente